

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	30/11/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2019	Ordinária		0,00060
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	30/08/2019	Ordinária		0,00012

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	4.160.903	3.910.404
1.01	Ativo Circulante	1.505.663	1.406.135
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	314.962	91.770
1.01.03	Contas a Receber	834.140	747.218
1.01.03.01	Clientes	834.140	747.218
1.01.04	Estoques	4.244	4.049
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.870	37.533
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.870	37.533
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.134	11.452
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	23.736	26.081
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.915	55.516
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	300.532	470.049
1.01.08.03	Outros	300.532	470.049
1.01.08.03.01	Outros Créditos	69.005	68.567
1.01.08.03.02	Derivativos	63.601	117.985
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	167.926	283.497
1.02	Ativo Não Circulante	2.655.240	2.504.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.750.751	1.513.331
1.02.01.04	Contas a Receber	21.387	16.094
1.02.01.04.01	Clientes	21.387	16.094
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.809	30.340
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	14.809	30.340
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	772	932
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.713.783	1.465.965
1.02.01.10.03	Derivativos	99.563	82.492
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	200.782	213.440
1.02.01.10.05	Tributos a compensar	24.343	24.637
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.388.418	1.137.915
1.02.01.10.07	Outros Créditos	677	7.481
1.02.04	Intangível	904.489	990.938
1.02.04.01	Intangíveis	904.489	990.938
1.02.04.01.02	Ativo Contratual em curso	102.371	218.331
1.02.04.01.03	Intangível	802.118	772.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	4.160.903	3.910.404
2.01	Passivo Circulante	1.428.739	1.253.140
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.658	15.780
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.658	15.780
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	23.658	15.780
2.01.02	Fornecedores	545.671	383.644
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	545.671	383.644
2.01.03	Obrigações Fiscais	143.145	130.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.572	31.143
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.634	4.589
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	21.474	21.178
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	4.464	5.376
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	112.210	98.681
2.01.03.02.01	ICMS	112.210	98.681
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	363	648
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	363	648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	523.925	533.465
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	475.672	472.957
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	187.337	56.094
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	288.335	416.863
2.01.04.02	Debêntures	48.253	60.508
2.01.04.02.01	Debêntures	48.253	60.508
2.01.05	Outras Obrigações	192.340	189.779
2.01.05.02	Outros	192.340	189.779
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	37.935
2.01.05.02.04	Derivativos	19	0
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	123.985	108.930
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	39.658	22.288
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	28.678	20.626
2.02	Passivo Não Circulante	2.020.388	2.141.029
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.470.387	1.604.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	687.078	805.726
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	280.483	262.165
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	406.595	543.561
2.02.01.02	Debêntures	783.309	798.370
2.02.01.02.01	Debêntures	783.309	798.370
2.02.02	Outras Obrigações	341.106	277.389
2.02.02.02	Outros	341.106	277.389
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	173.598	190.740
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	137.539	46.031
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	29.969	40.618
2.02.04	Provisões	208.895	259.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	208.895	259.544
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	158.360	189.819
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.513	33.586
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16.828	32.595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.05	Outros	3.194	3.544
2.03	Patrimônio Líquido	711.776	516.235
2.03.01	Capital Social Realizado	249.321	240.144
2.03.02	Reservas de Capital	46.729	55.905
2.03.04	Reservas de Lucros	372.634	372.634
2.03.04.01	Reserva Legal	16.138	16.138
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	356.496	356.496
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	195.620	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-152.528	-152.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.108.673	3.223.653	1.108.488	3.009.169
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-907.820	-2.656.344	-972.557	-2.552.162
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-777.433	-2.234.650	-831.646	-2.175.406
3.02.02	Custo de Operação	-73.045	-222.574	-65.157	-199.320
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-57.342	-199.120	-75.754	-177.436
3.03	Resultado Bruto	200.853	567.309	135.931	457.007
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.010	-228.928	-75.422	-205.517
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.223	-122.764	-34.287	-97.827
3.04.01.01	Amortização	-143	-446	-155	-501
3.04.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-17.340	-58.036	-13.177	-37.388
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-20.740	-64.282	-20.955	-59.938
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.085	-88.586	-39.067	-101.073
3.04.02.01	Amortização	-4.435	-10.369	-3.261	-11.052
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-24.650	-78.217	-35.806	-90.021
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.702	-17.578	-2.068	-6.617
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-4.702	-17.578	-2.068	-6.617
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	128.843	338.381	60.509	251.490
3.06	Resultado Financeiro	-5.077	-27.673	-15.571	-40.078
3.06.01	Receitas Financeiras	27.675	79.301	24.963	67.389
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.752	-106.974	-40.534	-107.467
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	123.766	310.708	44.938	211.412
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.985	-115.088	-17.122	-79.308
3.08.01	Corrente	-2.509	-99.517	-4.639	-45.864
3.08.02	Diferido	-44.476	-15.571	-12.483	-33.444
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	76.781	195.620	27.816	132.104
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	76.781	195.620	27.816	132.104
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.01.01	ON	0,00145	0,00368	0,00052	0,00249

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	76.781	195.620	27.816	132.104
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-623	-78	518	-1.516
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros	-623	-78	518	-1.516
4.03	Resultado Abrangente do Período	76.158	195.542	28.334	130.588

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	552.734	-79.196
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	498.801	408.702
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	310.708	211.412
6.01.01.02	Amortização	82.405	74.581
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	7.946	17.492
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	6.024	48.919
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	17.033	12.279
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	16.649	6.631
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	58.036	37.388
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	53.933	-487.898
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-150.070	-98.602
6.01.02.02	Tributos a Compensar	13.533	-1.796
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	18.018	2.227
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	-4.332	18.928
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	149.829	-376.746
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	30.786	4.639
6.01.02.09	Fornecedores	162.027	134.766
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-111.812	-59.360
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	12.846	-25.723
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-26.123	-17.402
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-79.828	-77.990
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	17.370	-18.237
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-66.882	-14.530
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	66.547	8.199
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	-9.275	6.788
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	31.299	26.941
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-175.196	-174.354
6.02.02	Adições de Ativo Contratual	-180.621	-174.887
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (aplicações)	0	-2.040
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	5.425	2.573
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-154.346	252.854
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	436.484	900.703
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-658.482	-734.032
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-37.935	0
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	105.587	86.183
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	223.192	-696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.770	374.459
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	314.962	373.763

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	195.620	-79	195.541
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	195.620	0	195.620
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-79	-79
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-79	-79
5.07	Saldos Finais	249.320	46.729	372.634	195.620	-152.527	711.776

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.910	4.681	118.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.104	0	132.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.194	4.681	-13.513
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-6.198	4.681	-1.517
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-11.996	0	-11.996
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.06.04	Retificação do Dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/2017	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	51.393	314.220	-110.457	551.205

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	5.237.739	4.893.058
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.097.086	4.753.272
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	198.689	177.174
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-58.036	-37.388
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.871.124	-2.784.589
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.481.704	-2.423.663
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-311.911	-294.723
7.02.04	Outros	-77.509	-66.203
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.366.615	2.108.469
7.04	Retenções	-82.596	-74.713
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.596	-74.713
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.284.019	2.033.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	83.999	72.153
7.06.02	Receitas Financeiras	83.999	72.153
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.368.018	2.105.909
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.368.018	2.105.909
7.08.01	Pessoal	123.625	111.966
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.438	58.183
7.08.01.02	Benefícios	56.206	48.045
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.981	5.738
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.936.111	1.748.619
7.08.02.01	Federais	1.054.304	984.972
7.08.02.02	Estaduais	879.730	761.868
7.08.02.03	Municipais	2.077	1.779
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	112.662	113.220
7.08.03.01	Juros	109.111	109.906
7.08.03.02	Aluguéis	3.551	3.314
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	195.620	132.104
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	195.620	132.104

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2019	2018	Variação	2019	2018	Variação
Receita operacional bruta	1.801.238	1.791.030	0,6%	5.295.775	4.930.446	7,4%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.274.068	1.165.010	9,4%	4.068.593	3.529.057	15,3%
Suprimento de energia elétrica	178.658	80.696	121,4%	449.356	137.862	225,9%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	57.131	75.663	-24,5%	198.689	177.174	12,1%
Outras receitas operacionais	283.405	246.061	15,2%	795.512	673.057	18,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	7.977	223.600	-96,4%	(216.376)	413.296	-152,4%
Deduções da receita operacional	(692.566)	(682.542)	1,5%	(2.072.122)	(1.921.277)	7,9%
Receita operacional líquida	1.108.673	1.108.488	0,0%	3.223.653	3.009.169	7,1%
Custo com energia elétrica	(777.433)	(831.646)	-6,5%	(2.234.650)	(2.175.406)	2,7%
Energia comprada para revenda	(668.080)	(760.959)	-12,2%	(1.920.158)	(1.810.534)	6,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(109.353)	(70.687)	54,7%	(314.493)	(364.872)	-13,8%
Custo e despesa operacional	(202.396)	(216.333)	-6,4%	(650.621)	(582.274)	11,7%
Pessoal	(38.131)	(34.815)	9,5%	(113.269)	(108.425)	4,5%
Entidade de previdência privada	(5.678)	(4.093)	38,7%	(17.033)	(12.279)	38,7%
Material	(5.298)	(6.366)	-16,8%	(18.050)	(18.054)	0,0%
Serviço de terceiros	(36.194)	(38.378)	-5,7%	(112.199)	(110.939)	1,1%
Amortização	(28.414)	(24.761)	14,8%	(82.405)	(74.581)	10,5%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(57.131)	(75.663)	-24,5%	(198.689)	(177.174)	12,1%
Outros	(31.552)	(32.257)	-2,2%	(108.976)	(80.820)	34,8%
Resultado do serviço	128.843	60.509	112,9%	338.381	251.490	34,6%
Resultado financeiro	(5.077)	(15.571)	-67,4%	(27.674)	(40.079)	-31,0%
Receitas financeiras	27.675	24.963	10,9%	79.301	67.389	17,7%
Despesas financeiras	(32.752)	(40.534)	-19,2%	(106.974)	(107.467)	-0,5%
Resultado antes dos tributos	123.766	44.938	175,4%	310.708	211.412	47,0%
Contribuição social	(14.216)	(4.611)	208,3%	(32.676)	(20.982)	55,7%
Imposto de renda	(32.769)	(12.511)	161,9%	(82.412)	(58.326)	41,3%
Resultado Líquido do Período	76.781	27.816	176,0%	195.620	132.104	48,1%
EBITDA	157.257	85.270	84,4%	420.786	326.071	29,0%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.801.238, apresentando aumento de 0,6% (R\$ 10.208) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.744.107, apresentando um aumento de 1,7% (R\$ 28.740) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 9,4% (R\$ 109.058) principalmente pelo (i) aumento de 11,0% (R\$ 128.232) na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 19,25% (percepção do consumidor) compensado parcialmente pela redução em função da aplicação da bandeira 5,3% (predominantemente vermelha patamar 1 no 3º trimestre de 2019 comparada com bandeira vermelha patamar 2 no 3º trimestre de 2018); compensado parcialmente por (ii) redução de 1,5% (R\$ 19.175) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 121,4% (R\$ 97.962) principalmente pelo aumento de venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 72.096) por conta do aumento no volume comercializado compensado por redução na tarifa média em função da redução no preço de liquidação de diferenças (“PLD”) associado a recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 15,2% (R\$ 37.344) basicamente: (i) aumento na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 42.104) em função principalmente do RTA de outubro de 2018 compensado pela redução no

Comentário do Desempenho

volume de energia vendida, (ii) aumento na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 29.814), compensado parcialmente por (iii) redução nas subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e subvenção CCRBT (R\$ 31.675) e (iv) ressarcimento de acordos bilaterais em 2018 (R\$ 3.730);

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 96,4% (R\$ 215.623), principalmente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 98.306), (ii) diferimento de custo de energia, repasse de Itaipu e CDE (R\$ 267.053), compensado parcialmente por (iii) aumento nos diferimentos de encargos de serviços do sistema (ESS), risco hidrológico-Itaipu, rede básica e sobrecontratação (R\$ 162.077).

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou redução de 2,6% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 50,2% do mercado total da distribuidora e apresentou redução de 0,1% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. O consumo dessa classe foi impactado por um calendário de leitura de consumo com menos dias que o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 21,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou aumento de 0,5% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi ligeiramente positivo, apesar de ter sido impactado pelo efeito de um calendário de leitura de consumo com menos dias que o mesmo período do ano anterior e pela movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 14,4% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público concessionárias e permissionárias) participam com 14,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram redução de 2,7% no 3º trimestre de 2019. Esse valor se deve à movimentação de clientes para o mercado livre.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve redução de 4,2% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta redução na classe residencial de 0,1%, aumento na classe comercial de 2,0% e redução na classe industrial de 9,7%. As demais classes de consumo apresentaram aumento de 1,4%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2019 foram de R\$ 692.566, apresentando um aumento de 1,5% (R\$ 10.024) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS (R\$ 19.603) em função do aumento na base de cálculo, (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 4.096), compensado parcialmente por (iii) CDE (R\$ 13.223), e (iv) PIS e COFINS (R\$ 1.001) em função da redução na base de cálculo.

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2019 o custo com energia elétrica foi de R\$ 777.433, apresentando uma redução de 6,5% (R\$ 54.213), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

Comentário do Desempenho

- i. **Energia comprada para revenda:** redução de 12,2% (R\$ 92.879) em função: (i) redução de 30,3% (R\$ 253.904) no preço médio, justificado principalmente pela redução do PLD, compensado parcialmente por (ii) aumento de 26,1% (R\$ 152.446) no volume de energia comprada, (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 8.097).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 54,7% (R\$ 38.666) impactado principalmente pelo: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 29.669), (ii) encargos de rede básica (R\$ 6.864), (iii) encargo de energia de reserva (EER) (R\$ 4.428), compensado parcialmente por (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.941).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 202.396 no 3º trimestre de 2019, apresentando uma redução de 6,4% (R\$ 13.937) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 145.265, apresentando aumento de 3,3% (R\$ 4.595).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 116.853 no 3º trimestre de 2019, um aumento de 0,8% (R\$ 944) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 9,5% (R\$ 3.316) principalmente em função da mudança em 2018 na forma de compartilhamento de recursos de pessoal entre empresas reguladas, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016 e aumento no acordo coletivo de 2019;
- ii. **Entidade:** aumento de 38,7% (R\$ 1.585) principalmente pelo ajuste do laudo atuarial;
- iii. **Material:** redução de 16,8% (R\$ 1.068) principalmente: (i) material subcrédito social BNDES (R\$ 444) contabilizado em 2018 e (ii) redução em materiais de manutenção da frota (R\$ 509);
- iv. **Serviços de terceiros:** redução de 5,7% (R\$ 2.184) principalmente: (i) serviços terceirizados (R\$ 2.304), (ii) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 1.766), compensado parcialmente por (iii) poda de árvores (R\$ 612), (iv) limpeza de faixa de servidão (R\$ 433), (v) manutenção de hardware/software (R\$ 418), (vi) reaviso, corte e religação (R\$ 367) e (vii) recuperação inadimplência/cobrança (R\$ 326);
- v. **Outros:** redução de 2,2% (R\$ 705) principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 8.196) principalmente em função da adição de processo de majoração tarifária (Continental) em 2018 (R\$ 6.149) e reversão de processo de majoração tarifária (Ultrafértil) em 2019 (R\$ 2.914), compensado parcialmente por (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 4.163), (iii) perda/ganho na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 2.155), (iv) taxa de arrecadação (R\$ 602) e (v) perda de inventário de estoque (R\$ 447).

Comentário do Desempenho

Amortização:

A amortização no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 28.414, apresentando um aumento de 14,8% (R\$ 3.653) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior basicamente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 3º trimestre de 2019 apresentou uma despesa líquida de R\$ 5.077, uma redução de despesa líquida de 67,4% (R\$ 10.494) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 10,9% (R\$ 2.712) principalmente: (i) multa, juros e atualização monetária cobrados sobre faturas de energia em atraso (R\$ 2.282), (ii) rendas de aplicações financeiras (R\$ 1.036), (iii) atualização de ativos financeiros setoriais (R\$ 993), compensado parcialmente por redução com (iv) deságio de crédito de ICMS (R\$ 1.799).
- **Despesas financeiras:** redução de 19,2% (R\$ 7.782), principalmente em: (i) atualização de contingências (R\$ 4.817) principalmente em função de reversão de processo de majoração tarifária, (ii) ajuste de MTM (R\$ 4.716), (iii) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 2.105), compensado parcialmente por (iv) negociação/parcelamento de débitos (R\$ 3.286) e (v) atualização liquidação na CCEE (R\$ 331).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 46.985, apresentando aumento de 174,4% (R\$ 29.863) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 3º trimestre de 2019 um lucro líquido de R\$ 76.781, com aumento de 176,0% (R\$ 48.965), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 157.257, apresentando aumento de 84,4% (R\$ 71.987) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	314.962	91.770
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	834.140	747.218
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	15.131	11.452
Outros tributos a compensar	7	23.736	26.081
Derivativos	30	63.601	117.985
Ativo financeiro setorial	8	167.926	283.497
Estoques		4.244	4.049
Outros ativos	11	81.923	124.083
Total do circulante		1.505.663	1.406.135
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	21.387	16.094
Depósitos judiciais	20	200.782	213.440
Outros tributos a compensar	7	24.343	24.637
Derivativos	30	99.563	82.492
Créditos fiscais diferidos	9	14.809	30.340
Ativo financeiro da concessão	10	1.388.418	1.137.915
Outros ativos	11	1.450	8.413
Ativo contratual	13	102.371	218.331
Intangível	12	802.118	772.607
Total do não circulante		2.655.241	2.504.269
Total do ativo		4.160.903	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	14	545.671	383.644
Empréstimos e financiamentos	15	475.672	472.957
Debêntures	16	48.253	60.508
Entidade de previdência privada	17	28.678	20.626
Taxas regulamentares	18	39.658	22.288
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	143.145	130.472
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	-	37.935
Obrigações estimadas com pessoal		23.658	15.780
Derivativos	30	19	-
Outras contas a pagar	21	123.985	108.932
Total do circulante		1.428.739	1.253.141
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	687.078	805.726
Debêntures	16	783.309	798.370
Entidade de previdência privada	17	173.598	190.740
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	208.895	259.544
Passivo financeiro setorial	8	137.539	46.031
Outras contas a pagar	21	29.969	40.618
Total do não circulante		2.020.388	2.141.029
Patrimônio líquido			
Capital social	22	249.321	240.144
Reserva de capital		46.729	55.905
Reserva legal		16.138	16.138
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Resultado abrangente acumulado		(152.527)	(152.449)
Lucros acumulados		195.620	-
Total do patrimônio líquido		711.776	516.235
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.160.903	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019		2018 ⁽¹⁾	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	24	1.108.673	3.223.653	1.108.488	3.009.169
Custo com serviço					
Custo com energia elétrica	25	(777.433)	(2.234.650)	(831.646)	(2.175.406)
Custo com operação	26	(73.045)	(222.574)	(65.157)	(199.320)
Amortização		(23.836)	(71.590)	(21.345)	(63.028)
Outros custos com operação		(49.209)	(150.984)	(43.812)	(136.292)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(57.342)	(199.120)	(75.754)	(177.436)
Lucro operacional bruto		200.853	567.309	135.931	457.007
Despesas operacionais	26				
Despesas com vendas		(38.223)	(122.764)	(34.287)	(97.827)
Amortização		(143)	(446)	(155)	(501)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(17.340)	(58.036)	(13.177)	(37.388)
Outras despesas com vendas		(20.740)	(64.282)	(20.955)	(59.938)
Despesas gerais e administrativas		(29.085)	(88.586)	(39.067)	(101.073)
Amortização		(4.435)	(10.369)	(3.261)	(11.052)
Outras despesas gerais e administrativas		(24.650)	(78.217)	(35.806)	(90.021)
Outras despesas operacionais		(4.701)	(17.577)	(2.068)	(6.618)
Outras despesas operacionais		(4.701)	(17.577)	(2.068)	(6.618)
Resultado do serviço		128.843	338.381	60.509	251.490
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		27.675	79.301	24.963	67.389
Despesas financeiras		(32.752)	(106.974)	(40.534)	(107.467)
		(5.077)	(27.674)	(15.571)	(40.079)
Lucro antes dos tributos		123.766	310.708	44.938	211.412
Contribuição social	9	(14.216)	(32.676)	(4.611)	(20.982)
Imposto de renda	9	(32.769)	(82.412)	(12.511)	(58.326)
		(46.985)	(115.088)	(17.122)	(79.308)
Lucro líquido do período		76.781	195.620	27.816	132.104
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	1,45	3,68	0,52	2,49

(1) Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	76.781	195.620	27.816	132.104
Outros resultados abrangentes	(623)	(78)	518	(1.516)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(623)	(78)	518	(1.516)
Resultado abrangente do período	76.158	195.542	28.334	130.588

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2019
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	240.144	55.905	16.138	356.496	(152.449)	-	516.235
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	195.620	195.620
Otros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	(78)	-	(78)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	249.321	46.729	16.138	356.496	(152.527)	195.620	711.776

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	132.104	132.104
Otros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.681	(6.197)	(1.516)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	(200.310)	-	-	-	200.310	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(28.445)	-	-	(28.445)
Saldos em 30 de setembro de 2018	240.144	55.905	7.604	-	43.789	-	(110.457)	314.220	551.205

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Lucro antes dos tributos	310.708	211.412
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	82.405	74.581
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.946	17.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.036	37.388
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	6.024	48.919
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	17.033	12.279
Perda (ganho) na baixa de não circulante	16.649	6.631
	<u>498.801</u>	<u>408.702</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(150.070)	(98.602)
Tributos a compensar	13.533	(1.796)
Depósitos judiciais	18.018	2.227
Ativo financeiro setorial	149.829	(376.746)
Contas a receber - CDE	(4.332)	18.928
Outros ativos operacionais	30.786	4.639
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	162.027	134.766
Outros tributos e contribuições sociais	12.846	(25.723)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(26.123)	(17.402)
Taxas regulamentares	17.370	(18.237)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(66.882)	(14.530)
Passivo financeiro setorial	66.547	8.199
Contas a pagar - CDE	(9.275)	6.788
Outros passivos operacionais	31.299	26.941
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	744.374	58.154
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(79.828)	(77.990)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(111.812)	(59.360)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	552.734	(79.196)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(2.040)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.425	2.573
Adições de ativo contratual	(180.621)	(174.887)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(175.196)	(174.354)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	436.484	900.703
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(658.482)	(734.032)
Liquidação de operações com derivativos	105.587	86.183
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(37.935)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(154.346)	252.854
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	223.192	(696)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.770	374.459
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	314.962	373.763

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018**
(Em milhares de Reais)

	9 meses de 2019	9 meses de 2018
1 - Receita	5.237.739	4.893.058
1.1 Receita de venda de energia e serviços	5.097.086	4.753.272
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	198.689	177.174
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.036)	(37.388)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.871.124)	(2.784.589)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.481.704)	(2.423.663)
2.2 Material	(129.268)	(122.599)
2.3 Serviços de terceiros	(182.643)	(172.124)
2.4 Outros	(77.509)	(66.203)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.366.615	2.108.469
4 - Retenções	(82.596)	(74.713)
4.1 Amortização	(82.596)	(74.713)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.284.019	2.033.756
6 - Valor adicionado recebido em transferência	83.999	72.153
6.1 Receitas financeiras	83.999	72.153
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.368.018	2.105.909
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	123.624	111.966
8.1.1 Remuneração direta	61.438	58.183
8.1.2 Benefícios	56.206	48.045
8.1.3 F.G.T.S	5.981	5.738
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.936.111	1.748.619
8.2.1 Federais	1.054.304	984.972
8.2.2 Estaduais	879.730	761.868
8.2.3 Municipais	2.077	1.779
8.3 Remuneração de capital de terceiros	112.662	113.220
8.3.1 Juros	109.111	109.906
8.3.2 Aluguéis	3.551	3.314
8.4 Remuneração de capital próprio	195.620	132.104
8.4.1 Lucros retidos	195.620	132.104
	2.368.018	2.105.909

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiáí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 exceto pelo CPC 06 (R2) Operações com arrendamento mercantil e ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto material, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 4 de novembro de 2019.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo

Notas Explicativas

nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

	3º trimestre 2018			9 meses 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.108.488	-	1.108.488	3.009.169	-	3.009.169
CUSTO COM SERVIÇO:						
Custo com energia elétrica	(831.646)	-	(831.646)	(2.175.406)	-	(2.175.406)
Custo com operação	(65.157)	-	(65.157)	(199.320)	-	(199.320)
Amortização	-	(21.345)	(21.345)	-	(63.028)	(63.028)
Outros custos com operação	-	(43.812)	(43.812)	-	(136.292)	(136.292)
Custo com serviço prestado a terceiros	(75.754)	-	(75.754)	(177.436)	-	(177.436)
Lucro operacional bruto	135.931	-	135.931	457.007	-	457.007
DESPESAS OPERACIONAIS:						
Despesas com vendas	(34.287)	-	(34.287)	(97.827)	-	(97.827)
Amortização	-	(155)	(155)	-	(501)	(501)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(13.177)	(13.177)	-	(37.388)	(37.388)
Outras despesas com vendas	-	(20.955)	(20.955)	-	(59.938)	(59.938)
Despesas gerais e administrativas	(39.067)	-	(39.067)	(101.073)	-	(101.073)
Amortização	-	(3.261)	(3.261)	-	(11.052)	(11.052)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(35.806)	(35.806)	-	(90.021)	(90.021)
Outras despesas operacionais	(2.068)	-	(2.068)	(6.618)	-	(6.618)
Outras despesas operacionais	-	(2.068)	(2.068)	-	(6.618)	(6.618)
Resultado do serviço	60.509	-	60.509	251.490	-	251.490
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	24.963	-	24.963	67.389	-	67.389
Despesas financeiras	(40.534)	-	(40.534)	(107.467)	-	(107.467)
	(15.571)	-	(15.571)	(40.079)	-	(40.079)
Lucro antes dos tributos	44.938	-	44.938	211.412	-	211.412
Contribuição social	(4.611)	-	(4.611)	(20.982)	-	(20.982)
Imposto de renda	(12.511)	-	(12.511)	(58.326)	-	(58.326)
	(17.122)	-	(17.122)	(79.308)	-	(79.308)
Lucro líquido do período	27.816	-	27.816	132.104	-	132.104

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) e o ICPC 22 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06(R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. O CPC 06(R2) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos, a partir das perspectivas de arrendador e arrendatário. Através das mudanças advindas do CPC 06(R2), esse pronunciamento eliminou a classificação como tanto arrendamento operacional, quanto financeiro, estabelecendo um único modelo de contabilização para arrendatário, em que todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06(R2), os pagamentos de arrendamentos operacionais não são debitados ao resultado operacional pelo regime de competência. Em vez disso, a depreciação do direito de uso de um ativo arrendado, bem como as despesas financeiras e os ganhos ou perdas cambiais sobre o passivo de arrendamento, afetam o resultado. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06(R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A Companhia aplicou a isenção de arrendamento de curto prazo e reconhece os pagamentos associados a tais arrendamentos como despesas ao longo dos prazos contratuais.

De acordo com as disposições de transição estabelecidas no CPC 06(R2), a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial reconhecida em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação da informação do período anterior, sendo escolhidos os seguintes expedientes práticos: arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente

Notas Explicativas

para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	13.837	91.577
Aplicações financeiras	301.125	193
Títulos de crédito privado (a)	301.125	193
Total	<u>314.962</u>	<u>91.770</u>

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 236.604 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 64.521, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,04% do CDI.

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90	> 90 dias	30/09/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	164.504	103.657	21.784	289.945	292.621
Industrial	41.208	11.632	21.811	74.651	70.960
Comercial	58.015	12.852	5.907	76.775	84.256
Rural	2.681	762	116	3.559	3.762
Poder público	12.149	1.353	24	13.525	13.422
Iluminação pública	15.095	305	18	15.418	12.849
Serviço público	13.984	305	2.637	16.926	20.649
Faturado	307.636	130.866	52.297	490.799	498.519
Não faturado	244.613	-	-	244.613	231.314
Parcelamento de débito de consumidores	38.083	9.240	8.503	55.826	44.174
Operações realizadas na CCEE	121.592	-	-	121.592	41.941
Concessionárias e permissionárias	10.527	-	-	10.527	3.100
	722.451	140.106	60.800	923.357	819.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(89.216)	(71.829)
Total				834.140	747.218
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	13.179	-	-	13.179	7.886
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	21.387	-	-	21.387	16.094

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2018	(71.829)	(2.702)	(74.531)
Provisão revertida (constituída) líquida	(100.187)	(181)	(100.368)
Recuperação de receita	42.332	-	42.332
Baixa de contas a receber provisionadas	40.468	-	40.468
Saldo em 30/09/2019	(89.216)	(2.883)	(92.099)

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2019	31/12/2018
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.516	2.191
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	10.595	8.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.020	1.110
Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.131	11.452
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.832	5.546
ICMS a compensar	16.140	15.279
Programa de integração social - PIS	680	938
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.035	4.222
Outros	49	96
Outros tributos a compensar	23.736	26.081
Total circulante	38.867	37.533
Não circulante		
ICMS a compensar	24.343	24.637
Total não circulante	24.343	24.637

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/09/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	99.553	334.513	434.064	31.502	(306.910)	14.882	134.453	39.085	173.540
CVA (*)									
CDE (**)	40.813	35.138	75.950	(42.919)	(31.475)	2.792	(126)	4.473	4.347
Custos energia elétrica	35.145	185.046	220.191	(5.217)	(170.524)	8.151	30.759	21.842	52.601
ESS e EER (***)	(49.147)	(150.633)	(199.780)	(51.988)	138.675	(7.679)	(104.764)	(16.008)	(120.772)
Proinfa	-	2.881	2.881	15.467	(2.596)	543	15.950	344	16.294
Rede básica	(17.034)	24.439	7.405	25.681	(21.871)	107	8.069	3.253	11.323
Repasse de Itaipu	109.639	193.145	302.783	101.382	(178.002)	13.000	217.641	21.523	239.163
Transporte de Itaipu	2.546	10.366	12.912	4.372	(9.530)	469	7.109	1.113	8.223
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.593)	(13.953)	(17.547)	(474)	12.913	(112)	(4.179)	(1.041)	(5.219)
Sobrecontratação	(18.816)	48.084	29.269	(14.802)	(44.498)	(2.389)	(36.006)	3.586	(32.420)
Outros componentes financeiros	(128.911)	(67.689)	(196.600)	(3.609)	62.641	(5.585)	(138.105)	(5.048)	(143.153)
Total	(29.358)	266.824	237.466	27.893	(244.269)	9.297	(3.652)	34.037	30.387
Ativo circulante			283.497						167.926
Passivo não circulante			(46.031)						(137.539)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Crédito (Débito) de contribuição social		
Benefício fiscal do intangível incorporado	9.404	10.180
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(7.042)</u>	<u>(3.842)</u>
Subtotal	2.361	6.338
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Benefício fiscal do intangível incorporado	32.273	34.938
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(19.825)</u>	<u>(10.935)</u>
Subtotal	12.448	24.002
Total	<u>14.809</u>	<u>30.340</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>30/09/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.653	12.925	9.744	27.067
Entidade de previdência privada	3.718	10.327	2.891	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.289	23.025	6.708	18.633
Provisão energia livre	2.087	5.796	1.994	5.538
Programas de P&D e eficiência energética	6.120	16.999	5.022	13.949
Provisão relacionada a pessoal	599	1.664	829	2.303
Derivativos	(11.335)	(31.487)	(17.862)	(49.617)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(996)	(2.767)	(1.078)	(2.996)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(37.375)	(103.820)	(30.849)	(85.693)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Marcação a mercado - Derivativos	(3.348)	(9.299)	(56)	(156)
Marcação a mercado - Dívidas	2.046	5.683	(1.100)	(3.056)
Outros	(466)	(1.556)	950	2.376
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	<u>15.425</u>	<u>42.850</u>	<u>15.425</u>	<u>42.850</u>
Total	<u>(7.042)</u>	<u>(19.825)</u>	<u>(3.842)</u>	<u>(10.935)</u>

Notas Explicativas**9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018:**

	CSLL			
	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	123.766	310.708	44.938	211.412
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(798)	(1.413)	(621)	(1.765)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.994	23.889	6.674	21.914
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	758	2.641	238	1.572
Base de cálculo	130.720	335.825	51.229	233.133
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(11.765)	(30.224)	(4.611)	(20.982)
Provisão para riscos fiscais	(2.452)	(2.452)	-	-
Total	(14.216)	(32.676)	(4.611)	(20.982)
Corrente	(2.488)	(28.689)	(1.351)	(12.302)
Diferido	(11.728)	(3.987)	(3.260)	(8.680)

	IRPJ			
	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	123.766	310.708	44.938	211.412
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(798)	(1.413)	(621)	(1.765)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.994	23.889	6.674	21.914
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.114	(3.535)	(946)	1.744
Base de cálculo	131.076	329.649	50.045	233.305
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(32.769)	(82.412)	(12.511)	(58.326)
Corrente	(21)	(70.828)	(3.288)	(33.562)
Diferido	(32.748)	(11.584)	(9.223)	(24.764)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2018	1.137.915
Transferência - ativo contratual	179.172
Transferência - intangível em serviço	(436)
Ajuste ao valor justo	74.263
Baixas	(2.496)
Saldo em 30/09/2019	1.388.418

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	2.301	530	678	678
Adiantamentos - fornecedores	1.276	1.031	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	6.804
Ordens em curso	19.756	24.840	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.482	1.679	-	-
Despesas antecipadas	12.915	55.516	772	932
Contas a receber - CDE	19.008	14.676	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.014	2.943	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	6.733	5.277	-	-
Faturas diversas	1.861	2.584	-	-
Outros	13.460	17.709	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.883)	(2.702)	-	-
Total	81.923	124.083	1.450	8.413

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.479 (R\$ 1.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 17.510 (R\$ 13.269 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 19 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2018).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão Infraestrutura de distribuição - em serviço
Saldo em 31/12/2018	772.607
Custo histórico	2.108.934
Amortização acumulada	(1.336.327)
Amortização	(82.596)
Transferência - ativo contratual	120.075
Transferência - ativo financeiro	436
Baixa e transferência - outros ativos	(8.402)
Saldo em 30/09/2019	802.118
Custo histórico	2.172.180
Amortização acumulada	(1.370.062)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2018	218.331
Adições	183.287
Transferência para intangível em serviço	(120.075)
Transferência - ativo financeiro	(179.172)
Saldo em 30/09/2019	102.371

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Notas Explicativas**(14) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	-	10.944
Suprimento de energia elétrica	412.802	230.946
Encargos de uso da rede elétrica	37.521	38.645
Materiais e serviços	52.101	61.789
Energia livre	43.246	41.320
Total	<u>545.671</u>	<u>383.644</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	61.108	-	(14.340)	1.664	-	(1.687)	46.745
Pós Fixado							
TJLP	56.290	-	(20.691)	2.985	-	(2.893)	35.690
TLP (IPCA)	176.027	55.000	-	11.668	-	(6.675)	236.020
Selic	30.149	-	(7.115)	1.786	-	(537)	24.283
CDI	-	125.000	-	5.970	-	-	130.970
Total ao custo	<u>323.574</u>	<u>180.000</u>	<u>(42.146)</u>	<u>24.073</u>	<u>-</u>	<u>(11.792)</u>	<u>473.708</u>
Gastos com captação (*)	<u>(5.315)</u>	<u>(1.214)</u>	<u>-</u>	<u>641</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.888)</u>
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	871.855	43.000	(361.921)	16.285	32.326	(16.303)	585.242
Euro	104.281	-	-	621	2.655	(621)	106.936
Marcação a mercado	(15.712)	-	-	18.464	-	-	2.752
Total ao valor justo	<u>960.424</u>	<u>43.000</u>	<u>(361.921)</u>	<u>35.370</u>	<u>34.981</u>	<u>(16.924)</u>	<u>694.930</u>
Total	<u>1.278.683</u>	<u>221.786</u>	<u>(404.067)</u>	<u>60.084</u>	<u>34.981</u>	<u>(28.716)</u>	<u>1.162.750</u>
Circulante	<u>472.957</u>						<u>475.672</u>
Não Circulante	<u>805.726</u>						<u>687.078</u>

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	45.743	57.101	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%	1.002	4.007	2012 a 2019	Fiança da CPFL Energia
		<u>46.745</u>	<u>61.108</u>		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	35.690	56.290	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<u>35.690</u>	<u>56.290</u>		
TLP (IPCA)					
FINEM	IPCA + 4,80% (b)	236.020	176.027	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>236.020</u>	<u>176.027</u>		
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	24.283	30.149	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<u>24.283</u>	<u>30.149</u>		
CDI					
Nota Promissória	103,4% CDI (c)	130.970	-	2019	Fiança da CPFL Energia
Total moeda nacional		<u>473.708</u>	<u>323.574</u>		
Gastos com captação (*)		<u>(5.888)</u>	<u>(5.315)</u>		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	353.305	697.437	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,27%	231.938	174.417	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>585.242</u>	<u>871.855</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,80%	106.936	104.281	2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		<u>2.752</u>	<u>(15.712)</u>		
Total moeda estrangeira		<u>694.930</u>	<u>960.424</u>		
Total		<u>1.162.750</u>	<u>1.278.683</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de setembro de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 694.930 (R\$ 960.424 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 2.752 (ganhos de R\$ 15.712 em 31 de dezembro de 2018), que compensada com ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 7.506 (perdas de R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 4.754 (R\$ 7.783 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2020	71.045
2021	409.937
2022	43.992
2023	31.804
2024	28.921
2025 a 2028	98.433
Subtotal	684.132
Marcação a mercado	2.946
Total	687.078

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
CDI - Nota Promissória	125.000	125.000	124.818	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
IPCA - BNDES	347.264	55.000	53.968	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,80%	IPCA + 5,45%
Moeda Estrangeira								
Lei 4131	43.000	43.000	43.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
	<u>515.264</u>	<u>223.000</u>	<u>221.786</u>					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado (operações descontinuadas, mudanças no valor recuperável, margens na construção de ativo entre outros efeitos não recorrentes, caso ocorra) menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;
- EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2019
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	595.777	215.000	(254.415)	27.603	(37.082)	546.883
IPCA	64.775	-	-	4.238	(3.340)	65.673
Total ao custo	660.552	215.000	(254.415)	31.841	(40.422)	612.556
Gastos com emissão (*)	(7.074)	(302)	-	1.205	-	(6.171)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	201.913	-	-	13.975	(10.690)	205.198
Marcação a mercado	3.489	-	-	16.490	-	19.979
Total ao custo	205.402	-	-	30.465	(10.690)	225.177
Total	858.878	214.698	(254.415)	63.511	(51.112)	831.562
Circulante	60.508					48.253
Não circulante	798.370					783.309

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI CDI + 0,83%	(a)	546.883	595.777	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901%	(b)	65.673	64.775	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			612.556	660.552		
	Gastos com emissão (*)		(6.171)	(7.074)		
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	205.198	201.913	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			19.979	3.489		
Total mensuradas ao valor justo			225.177	205.402		
Total			831.562	858.878		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI | CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. Em 30 de setembro de 2019, o saldo da debênture designada ao valor justo totalizava R\$ 225.177 (R\$ 205.402 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na

Notas Explicativas

marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 19.979 (R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 29.690 (R\$ 9.936 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 9.711 (R\$ 6.447 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	159.403
2022	122.052
2023	139.278
2024	241.229
2025	101.369
Subtotal	763.331
Marcação a mercado	19.979
Total	783.309

Adições no período:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - CDI									
Debêntures	11ª emissão	215.000	215.000	214.697	Semestral	2 Parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia

Pré-pagamento:

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 215.000 de debêntures cujos vencimentos originais eram de janeiro de 2021.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2019 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

17.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	210.744
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	17.033
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(26.086)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/09/2019	201.691
Outras contribuições	586
Total passivo	<u>202.276</u>
Circulante	28.678
Não circulante	173.598

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2019</u>	<u>9 meses de 2018</u>
Custo do serviço	4.086	3.273
Juros sobre obrigações atuariais	93.795	85.971
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(80.847)</u>	<u>(76.965)</u>
Total da despesa (receita)	<u>17.033</u>	<u>12.279</u>

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	360	360
Bandeiras tarifárias e outros	<u>39.297</u>	<u>21.928</u>
Total	<u>39.658</u>	<u>22.288</u>

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4)

Notas Explicativas**(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	112.210	98.681
Programa de integração social - PIS	4.634	4.589
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.474	21.178
Outros	4.826	6.024
Total	<u>143.145</u>	<u>130.472</u>

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/09/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Trabalhistas	30.513	10.503	33.586	11.755
Cíveis	16.828	14.555	32.595	30.323
Fiscais				
Imposto de renda	157.738	167.161	151.811	163.410
Outras	622	8.563	38.008	7.953
	<u>158.360</u>	<u>175.724</u>	<u>189.819</u>	<u>171.363</u>
Outros	3.194	-	3.543	-
Total	<u>208.895</u>	<u>200.782</u>	<u>259.544</u>	<u>213.440</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 30/09/2019</u>
Trabalhistas	33.586	3.562	(2.700)	(7.062)	3.127	30.513
Cíveis	32.595	8.128	(10.283)	(15.902)	2.289	16.828
Fiscais	189.819	5.391	(20)	(42.986)	6.156	158.360
Outros	3.543	556	(307)	(932)	334	3.194
Total	<u>259.544</u>	<u>17.636</u>	<u>(13.310)</u>	<u>(66.882)</u>	<u>11.906</u>	<u>208.895</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Em setembro de 2019 com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 42.978.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estavam assim representadas:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	82.624	86.811	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	171.651	152.951	danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	557.620	546.648	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	406	3.899	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>812.301</u>	<u>790.309</u>	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consumidores e concessionárias	18.773	10.433	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	45.611	26.409	-	16.887
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.411	20.803	19.220	10.882
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	8.731	6.872	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	9.788	10.933
Adiantamentos	1.904	1.771	56	94
Descontos tarifários - CDE	-	9.275	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	146	-	-
Folha de pagamento	1.721	2.207	-	-
Participação nos lucros	7.839	10.027	905	1.822
Convênios de arrecadação	14.851	14.566	-	-
Outros	5.471	4.895	-	-
Total	<u>123.985</u>	<u>108.932</u>	<u>29.969</u>	<u>40.618</u>

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	100,00
Total	<u>53.096.770.180</u>	<u>100,00</u>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

22.1 - Aumento de Capital

Notas Explicativas

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.176, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226; e (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.304 declarado em novembro de 2018.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 37.935 referente a dividendos e juros sobre o capital próprio.

(23) LUCRO POR AÇÃO

23.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	76.781	195.620	27.816	132.104
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,45	3,68	0,52	2,49

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	700.319	2.264.166	629.461	1.920.788
Industrial	166.433	494.529	178.618	498.568
Comercial	284.551	928.197	258.264	804.175
Rural	12.862	38.478	11.670	32.927
Poderes públicos	33.687	107.105	30.144	93.661
Iluminação pública	34.015	98.837	33.132	90.366
Serviço público	39.007	126.501	38.684	96.334
Fornecimento faturado	1.270.874	4.057.812	1.179.972	3.536.819
Fornecimento não faturado (líquido)	3.194	10.781	(14.962)	(7.762)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(456.505)	(1.501.344)	(388.662)	(1.242.555)
Fornecimento de energia elétrica	817.563	2.567.250	776.348	2.286.502
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	35.135	194.325	9.268	28.623
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.472)	(7.931)	(2.430)	(7.651)
Energia elétrica de curto prazo	143.523	255.031	71.428	109.239
Suprimento de energia elétrica	176.186	441.425	78.266	130.211
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	458.978	1.509.274	391.092	1.250.206
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	190.452	576.112	148.348	454.888
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(833)	(5.587)	(595)	(3.229)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	57.131	198.689	75.663	177.174
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	7.977	(216.376)	223.600	413.296
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	45.303	72.509	15.489	32.005
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	31.452	102.813	63.127	131.212
Outras receitas e rendas	17.031	49.665	19.692	58.181
Outras receitas operacionais	807.491	2.287.099	936.416	2.513.733
Total da receita operacional bruta	1.801.238	5.295.775	1.791.030	4.930.446
Deduções da receita operacional				
ICMS	(269.743)	(879.316)	(250.140)	(761.506)
PIS	(27.930)	(82.756)	(28.109)	(78.047)
COFINS	(128.648)	(381.178)	(129.470)	(359.487)
ISS	(23)	(74)	(26)	(70)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(200.456)	(631.678)	(213.679)	(599.792)
Programa de P & D e eficiência energética	(10.071)	(29.625)	(10.173)	(28.000)
PROINFA	(10.551)	(32.145)	(10.073)	(30.072)
Bandeiras tarifárias e outros	(44.062)	(32.107)	(39.966)	(61.582)
Outros	(1.081)	(3.243)	(907)	(2.721)
	(692.566)	(2.072.122)	(682.542)	(1.921.277)
Receita operacional líquida	1.108.673	3.223.653	1.108.488	3.009.169

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	914	3.016	915	2.932
Industrial	249	763	291	861
Comercial	399	1.351	397	1.321
Rural	27	83	27	81
Poderes públicos	49	163	49	162
Iluminação pública	79	242	83	246
Serviço público	70	240	75	193
Fornecimento faturado	1.787	5.858	1.837	5.796
Consumo próprio	1	5	1	4
Fornecimento de energia elétrica	1.788	5.862	1.838	5.800
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	141	843	29	89
Energia elétrica de curto prazo	672	1.236	144	276
Suprimento de energia elétrica	813	2.079	173	365

	30/09/2019	30/09/2018
Nº de consumidores		
Classe de consumidores		
Residencial	1.673.486	1.639.082
Industrial	6.260	6.281
Comercial	82.922	82.109
Rural	7.329	7.289
Poderes públicos	8.282	8.204
Iluminação pública	2.290	2.160
Serviço público	1.232	1.194
Consumo Próprio	150	152
Total	1.781.951	1.746.471

Notas Explicativas

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

24.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA")

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foi registrada receita de R\$ 102.813 (R\$ 131.212 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018), sendo (i) R\$ 5.934 (R\$ 6.325 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 95.291 (R\$ 93.167 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 133 (R\$ 70 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 1.455 (R\$ 31.650 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

24.4 - Bandeiras tarifárias

Vigente desde 1º de janeiro de 2015, o sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias, criado por meio da REN ANEEL nº 547/2013, busca, primordialmente, sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha, sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais críticas. Para cada 100 KWh consumidos, antes dos efeitos tributários, a bandeira amarela resulta em acréscimos de cerca de R\$1,34 na tarifa, enquanto a bandeira vermelha, a depender do patamar, em cerca de R\$ 4,17 (patamar 1) e em cerca de R\$ 6,24 (patamar 2). Os valores informados estão vigentes desde 1º de novembro de 2019 e foram regulamentados pela REH ANEEL nº 2628/2019.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro de 2018 a julho de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 33.468, e o valor líquido recebido pela Companhia da CCRBT, foi de R\$ 13.283 (R\$ 1.455 recebido e R\$ 14.738 pago), totalizando R\$ 20.185 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 39.297, referente a Bandeira Tarifária faturada de agosto e setembro de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas

Notas Explicativas

regulamentares (nota 18).

24.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	142.419	397.155	143.642	387.605
PROINFA	20.292	60.334	15.664	47.152
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	573.095	1.642.244	677.476	1.553.706
Crédito de PIS e COFINS	(67.725)	(179.576)	(75.822)	(177.929)
Subtotal	668.080	1.920.158	760.959	1.810.534
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	92.369	257.925	85.505	334.208
Encargos de transporte de Itaipu	14.044	39.778	13.541	37.973
Encargos de conexão	6.547	19.629	5.616	16.849
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.317	12.783	4.104	13.116
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(1.205)	(4.884)	(30.874)	(23.513)
Encargos de energia de reserva - EER	4.428	21.318	-	23.431
Crédito de PIS e COFINS	(11.146)	(32.056)	(7.205)	(37.191)
Subtotal	109.353	314.493	70.687	364.872
Total	777.433	2.234.650	831.646	2.175.406

(*) Conta de energia de reserva

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	526	1.556	537	1.591
PROINFA	49	139	49	141
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.348	7.303	1.732	5.469
Total	2.923	8.998	2.318	7.201

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
	2019	2018	2019	2018	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2019	2018
Pessoal	24.847	22.239	-	-	5.339	5.971	7.945	6.605	-	-	38.131	34.815
Entidade de previdência privada	5.678	4.093	-	-	-	-	-	-	-	-	5.678	4.093
Material	4.716	5.274	76	25	133	238	373	829	-	-	5.298	6.366
Serviços de terceiros	13.816	12.099	137	67	11.062	11.133	11.179	15.079	-	-	36.194	38.378
Custos com construção da infraestrutura	-	-	57.131	75.663	-	-	-	-	-	-	57.131	75.663
Outros	152	107	(1)	-	4.206	3.612	5.154	13.293	4.701	2.068	14.212	19.081
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	4.157	3.555	-	-	-	-	4.157	3.555
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.013	1.132	-	-	1.013	1.132
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	672	815	-	-	672	815
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	1.503	9.699	-	-	1.503	9.699
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	133	146	-	-	133	146
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	4.364	2.069	4.364	2.069
Outros	152	107	(1)	-	49	57	1.833	1.502	337	(1)	2.370	1.665
Total	49.209	43.812	57.342	75.754	20.740	20.955	24.650	35.806	4.701	2.068	156.642	178.395

Notas Explicativas

	9 meses											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Pessoal	74.904	72.656	-	-	16.604	16.301	21.761	19.468	-	-	113.269	108.425
Entidade de previdência privada	17.033	12.279	-	-	-	-	-	-	-	-	17.033	12.279
Material	16.797	14.618	171	70	411	468	671	2.898	-	-	18.050	18.054
Serviços de terceiros	42.140	36.447	262	192	34.826	32.555	34.971	41.745	-	-	112.199	110.939
Custos com construção da infraestrutura	-	-	198.689	177.174	-	-	-	-	-	-	198.689	177.174
Outros	111	291	(3)	(1)	12.441	10.615	20.814	25.910	17.577	6.618	50.940	43.432
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	12.211	10.399	-	-	-	-	12.211	10.399
Arendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	3.551	3.314	-	-	3.551	3.314
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.655	1.507	-	-	1.655	1.507
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	9.824	16.338	-	-	9.824	16.338
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	398	440	-	-	398	440
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	16.649	6.631	16.649	6.631
Outros	111	291	(3)	(1)	230	216	5.386	4.310	928	(13)	6.652	4.803
Total	150.984	136.292	199.120	177.436	64.282	59.938	78.217	90.021	17.577	6.618	510.180	470.305

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	3.840	9.266	2.804	7.112
Acréscimos e multas moratórias	15.078	43.124	12.157	36.284
Atualização de créditos fiscais	928	928	251	290
Atualização de depósitos judiciais	1.652	5.359	1.946	5.720
Atualizações monetárias e cambiais	3.524	8.875	4.257	8.253
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	345	3.189	2.144	5.286
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	2.607	9.297	1.614	4.759
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.619)	(4.698)	(1.613)	(4.764)
Outros	1.320	3.959	1.404	4.447
Total	27.675	79.301	24.963	67.389
Despesas				
Encargos de dívidas	(25.714)	(79.390)	(25.729)	(76.361)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.485)	(22.075)	(14.392)	(25.565)
(-) Juros capitalizados	598	2.474	679	2.639
Outros	(5.151)	(7.983)	(1.092)	(8.180)
Total	(32.752)	(106.974)	(40.534)	(107.467)
Resultado financeiro	(5.077)	(27.674)	(15.571)	(40.079)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 67.495 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 162.948 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 4.037 (R\$ 2.079 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018). Este valor é composto por R\$ 3.878 (R\$ 2.029 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 159 (R\$ 50 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Notas Explicativas

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	30/09/2019	9 meses 2019	9 meses 2018
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	223	23.766	24.762

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	9 meses 2019	9 meses 2018	9 meses 2019	9 meses 2018
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	46	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.242	2.173	1.310	1.191	-	-	(1.862)	(3.091)
Companhia Jaguarí de Energia	424	742	75	128	-	-	(3.005)	(2.840)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.268	-	73	-	-	-	(5.055)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.532	1.508	66	198	-	-	(11.871)	(5.966)
CPFL Geração de Energia S.A.	7	-	7	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	54	90	-	-	-	-	(420)	(422)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(28)	(28)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	1	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	14	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	731	656
CPFL Renováveis - Consolidado	-	43	-	-	110	109	10	12
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	5	5	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	37.935	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviço								
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	3.652	4.704	5.005	5.351	-	15	18.363	15.271
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	693	819	-	-	6.511	6.477
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	119	-	-	7.362	6.821
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	148	282	-	-	5.138	8.134
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.630	-	-	-	22.992	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.418	1.368	-	-	12.635	13.061
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.024	6.220	-	-	54.803	51.865
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	27	26
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.431	4.877	-	-	26.690	48.766
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	121	67	-	-	703	694
Campos Novos Energia S.A.	-	-	21.584	21.780	-	-	96.591	91.256
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.067	5.236	-	-	46.118	45.665
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	12.863	12.838	-	-	112.876	111.638
CPFL Renováveis - Consolidado	72	402	1.773	-	-	-	12.487	4.897
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	27	35
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	24	30
Outras operações financeiras								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	398	987

(*) As informações referente aos 9 meses de 2019 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidoras de Energia em função da incorporação desta empresa em 31/12/2018.

() Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:**

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 41.651 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 46.501 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

Notas Explicativas

(29) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	314.962	314.962
Derivativos	30	(a)	Nível 2	163.164	163.164
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.388.418	1.388.418
Total				1.866.544	1.866.544
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	467.820	467.846
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	694.930	694.930
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	606.385	607.962
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	225.177	225.177
Derivativos	30	(a)	Nível 2	19	19
Total				1.994.331	1.995.934

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 34.954 nos 9 meses de 2019 (uma perda de R\$ 3.777 nos 9 meses de 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial e (x) fundo de reversão.

Notas Explicativas

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findos em setembro de 2019 foi de R\$ 74.263 (R\$ 33.217 no período de nove meses findos em setembro de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	119.854	(19)	119.835	112.972	6.863	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 1,41%) ou (1,96% a 3,27%)	103,20% a 116% do CDI	mar/19 a mai/21	466.820
Empréstimos bancários - Lei 4.131	7.031	-	7.031	6.388	643	Euro + de 0,80%	105,1% do CDI	mai/21	100.000
	<u>126.885</u>	<u>(19)</u>	<u>126.866</u>	<u>119.360</u>	<u>7.506</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	36.279	-	36.279	6.589	29.690	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	out/25	197.000
Total	<u>163.164</u>	<u>(19)</u>	<u>163.145</u>	<u>125.949</u>	<u>37.196</u>				
Circulante	63.601								
Não circulante	99.563								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	198.470	33.066	(105.587)	125.949
Marcação a mercado (*)	2.007	35.189	-	37.196
Total	200.477	68.255	(105.587)	163.145

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 35.189 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2019		2018		2019		2018	
Risco protegido / operação	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	538	4.318	(1.476)	(2.684)	-	-	-	-
Marcação a mercado	4.775	18.994	(4.648)	(5.799)	173	760	1	(24)
Varição cambial	40.000	28.748	37.975	158.685	-	-	-	-
Marcação a mercado	986	15.434	2.773	12.746	-	-	-	(612)
	46.299	67.495	34.624	162.948	173	760	1	(636)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

Notas Explicativas

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(587.759)		(12.928)	137.244	287.415
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	595.167		13.091	(138.973)	(291.038)
	7.408	baixa dolar	163	(1.729)	(3.623)
Instrumentos financeiros passivos	(107.171)		(5.025)	23.024	51.073
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	108.025		5.065	(23.207)	(51.480)
	854	baixa euro	40	(183)	(407)
Total	8.262		203	(1.912)	(4.030)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			86	(669)	(1.424)
Efeitos no resultado do período			117	(1.243)	(2.606)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2019 foi de R\$ 4,16 para o dólar e R\$ 4,54 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,26 e R\$ 4,76 e a depreciação cambial de 2,20% e 4,69%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	301.125				14.605	18.256	21.907
Instrumentos financeiros passivos	(677.853)				(32.876)	(41.095)	(49.314)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(776.277)				(37.649)	(47.062)	(56.474)
	(1.153.005)	alta CDI	6,25%	4,85%	(55.920)	(69.901)	(83.881)
Instrumentos financeiros passivos	(35.690)				(2.124)	(2.654)	(3.185)
	(35.690)	alta TJLP	6,56%	5,95%	(2.124)	(2.654)	(3.185)
Instrumentos financeiros passivos	(526.870)				(15.859)	(11.894)	(7.929)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	236.231				7.111	5.333	3.555
Ativo financeiro da concessão	1.388.418				41.791	31.344	20.896
	1.097.779	baixa IPCA	2,97%	3,01%	33.043	24.783	16.522
Ativos e passivos financeiros setoriais	30.387				1.474	1.105	737
Instrumentos financeiros passivos	(24.283)				(1.178)	(883)	(589)
	6.104	baixa SELIC	6,25%	4,85%	296	222	148
Total	(84.812)				(24.705)	(47.550)	(70.396)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					384	313	242
Efeitos no resultado do período					(25.089)	(47.863)	(70.638)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 1.958.

Notas Explicativas

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa,

Notas Explicativas

não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os períodos de 2019 e exercício de 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo a quinta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80%, tendo em vista a retirada dos componentes financeiros do ano anterior da base tarifária.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 04 de Novembro de 2019.

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP-027612/F

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019.

Campinas, 4 de Novembro de 2019

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019.

Campinas, 4 de Novembro de 2019

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações